

## **Os impactos do Estágio Supervisionado: aprendizagens e desafios sobre a Educação Especial Inclusiva**

Ana Carla Lima Pereira <sup>1</sup>  
Rosângela Ribeiro da Silva

### **RESUMO**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa-ação, no processo de aprendizagem vivenciado e em constante transição, não só na disciplina de Estágio nos Anos Iniciais nos Países da Integração, que é uma componente obrigatória do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do semestre 2018.2, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – Unilab, campus Acarape, Ceará, mas que se deu, também, numa pesquisa autobiográfica desde que as histórias dos meus pais, dos pais dos meus pais e de todas e todos fossem construídas coletivamente e historicamente. Foram trajetórias que colaboraram com meu crescimento psicológico, educacional, espiritual e profissional. Soma-se ao conjunto de elementos de aprendizagem que o estágio proporciona, o debate sobre a inclusão de crianças com deficiência, pautando a necessidade do pensamento sobre uma Pedagogia que inclua, de fato, a diversidade e diferenças na sala de aula. Autores como Lima (2003, p.51), Kleiman (1995), Freire (1996), dentre outros, deram-nos as bases para a observação da “dimensão coletiva dentro do envolvimento teórico-prático do projeto coletivo do estágio e sua dimensão maior de formação do educador” (2003, p.51), bem como a organização reflexiva do pensamento e a percepção do ensino como “um ato de liberdade e autoridade” (1996, p.117). Portanto, reafirmamos com os autores em tela que a sala de aula é um campo de pesquisa e construção do saber na prática docente.

**Palavras-Chave:** Estágio Supervisionado. Formação Docente. Educação Especial Inclusiva. Pedagogia das Diferenças.

### **INTRODUÇÃO**

Com os prazeres e dores da vida adulta, do processo formador de minhas opiniões e ações, bem como das consequências dessas trocas de energias, experiências e saberes como pesquisadora e pedagoga (em formação) com outros educandos, relato aqui os frutos de reflexões tecidas durante o Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, numa escola da zona rural municipal de Redenção na área de atendimento educacional especializado (AEE) na função de “cuidadora”, no Estado do Ceará. Todo esse processo vem sendo importante para a tomada de consciência sobre a contribuição e interferência do outro em mim, e minha no outro, e no surgimento de algo

---

<sup>1</sup> Bacharela em Ciências Humanas e graduanda do curso de licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB.

novo que é o conhecimento, reconhecendo em nossa identidade individual, que somos “nós”, fruto das construções sociais, coletivas e históricas.

---

O meu primeiro contato com a Escola de Ensino Infantil e Fundamental, pública, que fica na localidade de (Susto I) na zona rural de Antônio Diogo, distrito do município de Redenção, Ceará, foi impactante. Percebi o olhar de estranhamento em especial de algumas professoras veteranas, e por coincidência no quadro de funcionários há algumas professoras que estudaram comigo no ensino médio e são nativas da localidade.

Os primeiros dias letivos são, geralmente, de adaptação dos novos alunos e de aplicação do mapeamento de sala, que é, basicamente, onde cada aluno tem que se sentar, isso em cada turma e sala. No meu primeiro contato com a adolescente “Joana” nome fictício, de 13 anos, que está no 9º ano do ensino fundamental, percebi que suas habilidades cognitivas de fala e escrita são bastante limitadas, e mesmo sendo introspectiva é bastante observadora e inteligente. Quando ela pega no caderno parece que sente mais autonomia sobre o caderno e lápis, embora apresente dificuldades ao segurá-lo. Por mais que ela pinte e rabisque aleatoriamente (pois, são pinturas que não necessariamente tem a obrigatoriedade de ter sentido para quem vê), estar a fazer a lição como qualquer outra pessoa, aluno (a) da turma, como os outros ditos “normais”.

Em outro momento do Estágio chamou-me muita atenção o desafio que uma criança, que apresentava dificuldades para interagir na sala de aula encontrava para o exercício de sua escrita, bem como para o uso da voz e fala, quando agia de forma diferente em distintos momentos da aula, demonstrando sono e muita sede e calor. Essa criança me deu a oportunidade de ouvi-la pela primeira vez quando a professora trouxe uma atividade para interligar as letras e identificar o animal (sapo) e ela identificou a figura do animal, porém, não com as letras e palavras. Após o recreio, durante a aula de Matemática a aluna estava estagnada na sala e com poucos atrativos que chamassem sua atenção, e foi aí que me inquietei, comecei a me interrogar, a pesquisar e pensar práticas com essa área do ensino, que pudessem integrar com o conteúdo, com os colegas de turma e o/a professor (a) em sala de aula.

O período de maior dificuldade para a participação nas atividades e interação com a professora e os colegas da sala de aula daquela aluna era no horário do intervalo: ela merenda e pega um picolé, e, logo após vai ao banheiro; nesse dia, ela se trancou lá. Foi o primeiro momento de maior desafio com ela, que presenciei e foi meu primeiro momento de reflexão. Ela ficou por alguns minutos lá até eu convencê-la a sair e ir para a sala. Após esse momento, ela me pediu para ir pra sala da (AEE), sala de Atendimento Educacional Especializado, que a princípio pareceu-me interessante já que era nossa primeira experiência educativa fora da sala de aula e do ciclo de “inclusão/exclusão”. A sala estava com o ar condicionado com defeito, e naquele dia estava sem ventilador. O calor em excesso foi um fator adverso do meio para conseguir sua atenção e concentração. Percebi, também, a necessidade de exercitar lógicas de respeito e deveres para que ela pudesse ouvir e refletir.

Na segunda semana de estágio, no início da aula de segunda-feira, a acolhida foi feita com o canto do Hino Nacional Brasileiro e orações (todas as semanas às segundas, têm-se essa prática, e às sextas rezam-se orações cristãs como o “*Pai nosso*” e a “*Ave Maria*”). Essa prática me fez reviver memórias do tempo no qual cursei o ensino fundamental, e eu pensei que fosse uma prática extinta. No entanto, ela ainda é reproduzida no interior daquela escola e de outras, tantas públicas, do interior do estado, mesmo com o preceito Constitucional, que aponta para a laicidade do estado brasileiro.

Naquele momento me senti deslocada, assim como Joana, no sentido de não estar dentro da lógica religiosa, como uma “não normal”, por não querer rezar, orar ou praticar qualquer religião, ou por me entender como parte do grupo de pessoas que não são adeptas às religiões. Talvez, ainda, por não me sentir confortável com determinadas práticas ditas universais e naturais.

Naquela aula a professora aplicou para a turma um teste de inteligência emocional, porém, não o fez com Joana, e após alguns momentos depois a professora da sala pediu para fazer com ela, e somente depois, deu-se conta que talvez ela não soubesse ler e escrever. Joana não quis responder, preferiu pintar e colorir comigo em seu caderno. Depois da crise que vivenciei com a aluna, a mesma pareceu estar mais calma, fazendo a atividade, mas a minha dúvida e apreensão era como ela iria proceder no intervalo. Essa foi minha expectativa e foco na observação.

Às quintas-feiras, na aula de inglês consegui fazer boa interação e fortalecimento de vínculo com toda a turma. Meu desafio: pensar atividades com conteúdos em inglês para aquela criança dita “diferente”. A tarde seguiu tranquila, fizemos as atividades propostas, à chuva apertou, intensificou-se, e a água vazava pela calha na lousa e o pincel da professora começou a não funcionar, a mesma até relatou que a estrutura da sala já foi bem pior, pois, antes molhava tudo, e, segundo a mesma, há promessas de melhorias na estrutura das salas de aulas, mesmo não sabendo o prazo para isso. A chuva aumentou, e pareceu que com o barulho dos trovões e da chuva Joana demonstrou sentir medo.

Foi um dia produtivo no tocante ao diálogo com a mãe de Joana, e na troca de informações e detalhes, ela me falou, orientou para que não a deixasse sozinha no banheiro (como eu havia percebido), devido à agitação do recreio, que, segundo a mãe, é o “ponto de atrito”. Mostrou-me que eu estava no caminho certo, e “quando ela fizer algo errado não pode rir, pois ela pensa ser uma atitude correta”, ou seja, moldar um meio de dialogar com seriedade, sem agressividade, e de maneira pedagógica e objetiva. Foi um dia que ela não “arengou” com os colegas de classe, pareceu-me outra Joana. No mais, “sobrevivemos à chuva, trovões ao intervalo”, e ela não quis ir ao banheiro.

A atitude da mãe de Joana foi vista por uma das professoras efetivas da escola como desnecessária, uma “besteira”, que eu entendo como cuidado da mesma, tanto que nas primeiras semanas ela também ia para escola até que sua filha estivesse familiarizada com as professoras da escola. Nesse sentido, anterior à minha chegada na escola, aquela mãe acompanhava sua filha até o ambiente escolar, mas que não frequentava diariamente, pois muitos dias a filha dela ia só pela “*presença*”, não fazia nada. E que comigo ela estava percebendo que estava sendo diferente. Relatou, ainda, que aquela mãe faz parte de uma Associação dos Pais e Amigos de Alunos Especiais do Município de Redenção (APADR), e que o edital de estagiários em (AEE) pela (SME) de Redenção ao qual fui selecionada, era fruto dessa luta. Ressaltou que a mãe de Joana até

pensou em tirar a filha da escola, no entanto, com a realização do Edital, o seu desejo é que esse acompanhamento não seja tardio como foi com Joana e que mais crianças e adolescentes vivendo com deficiência física ou intelectual, que estejam com laudo, ou não, possam ter acesso à essa política pública e direito universal à educação e suas especificidades.

Nesse dia, ao descermos do ônibus escolar, como de costume, sentamos no parapeito da entrada para esperar abrir o portão para irmos pra sala de aula. Joana começou a chorar e disse que estava com dor de barriga, muita dor, liguei para a sua mãe, que foi buscá-la.

Fui direcionada para a sala do 3º ano do fundamental I. A professora, que foi minha colega de turma no ensino médio, tinha em seu planejamento do dia uma aula sobre gênero textual, com contação de histórias, e a minha tarefa era ajudar um aluno chamado “José” nome fictício, de 09 anos de idade. Ele pareceu ser um menino introspectivo, calado, e, segundo a professora, ele “não escreve, coisa com coisa”. Na tentativa de diálogo, pedi para ele me falar sua idade, mas ele não falou; sugeri que ele escrevesse o número no meu caderno, e ele escreveu o número nove (9). Enquanto a professora fez a contação de história, ele permaneceu riscando a cadeira com o lápis e apagando com a borracha. Não sei se ele estava prestando atenção à leitura da história, e para que não continuasse riscando a cadeira, resolvi tirar uma folha de meu caderno, e o dei, e disse que ele escrevesse o que quisesse. Ele começou fazer um desenho de uma criança e de um carro e me mostrou paralelo ao conteúdo. Pedi que escrevesse seu nome na folha, o mesmo me atendeu.

Esse foi meu primeiro contato no terceiro ano, nas séries iniciais em sala de aula, e alguns alunos da turma já haviam conversado comigo na entrada e pelos corredores da escola, mas sem relação com práticas e conteúdos pedagógicos em sala de aula. A professora passou uma atividade de escrita (exercício descritivo), e mesmo com dificuldades consegui com que ele escrevesse o nome correto no cabeçalho:

ATIVIDADE. Fiquei pensativa, pois na folha que ele fez pra mim, escreveu “*correto*”, já no caderno foi mais complexo. Em seguida, a professora pediu para abrir o livro de Português (PNLD).

Nesse processo de formação acadêmica e profissional venho entendendo que as aprendizagens se dão, também, no “chão da escola”, na práxis educativa, na relação teoria e prática no ambiente escolar, que se processa nas múltiplas relações com outras dimensões, que não somente no âmbito puramente escolar, e sim no político, no econômico, no cultural e no social, ou seja, nas relações sociais da produção imediata da nossa existência, pelo trabalho (Marx, 2008).

Desta forma, é necessário uma “*intimidade*” com a escola e seus arredores, com o contexto temporal de seis semestres cursando a licenciatura em pedagogia, e as vivências acadêmicas, de pesquisa e extensão.

Não podemos deixar de citar o agravamento do atual cenário do país, que não contempla o período do Estágio nos leva a reflexões sobre a relação Educação e Sociedade. Um cenário que nos faz refletir sobre a nossa capacidade de “sobrevivência”, adaptação e as estruturas/superestruturas que a influenciam e são influenciadas por ela; novas demandas de formação e ensino, com a utilização de novas tecnologias de ensino, na corrida para (re)pensar o currículo, a resignificação da prática docente.

Como muito se afirmou nesse contexto, a pandemia desvelou, ainda mais, a

relação imediata entre educação escolar e a produção da nossa existência, e a constatação de que a numa sociedade de classes, desigualdades vividas por populações historicamente excluídas, que ao passo que produz a riqueza, deixa milhões de pessoas na miséria social, é uma contradição.

Portanto, mais do que nunca, conhecer a realidade da escola, das famílias e do professor(a), além de oferecer melhores aparatos, uma boa estrutura e formação continuada de professores de qualidade, que já vivem no exercício da profissão, que continua a ser fundamental para pensar qualquer atividade pedagógica, para o “fazer” como prática refletida de forma consciente, inclusiva em diversos aspectos deste conceito e área da educação, para a intervenção pedagógica e transformação social.

A prática de estágio foi em uma Escola de Ensino Infantil e Fundamental, no município de Redenção, Ceará, na qual observei antes do período 2018/2019 e pude confirmar a partir do pensamento freiriano, a possibilidade de educar para a autonomia e a liberdade. Freire (1996) atesta que os bons educadores são os que não reproduzem a normativa sem um olhar mais atento, mas desconstruem conceitos que não apontam para uma educação emancipadora, pois a apropriação da leitura e da escrita, bem como do conhecimento histórico acumulado pelo conjunto da humanidade (Tonet, 2005), é uma forma de educar para a liberdade (Freire).

Nesse sentido, foi um grande aprendizado com as professoras daquela escola, que pelo entender e compartilhar as técnicas pedagógicas de “como fazer”, ou como vem sendo denominado de Didática (Libâneo), como o uso da análise crítica pela descrição do que se vê no espaço de pesquisa e observação, pude elaborar formas de oferecer resultados positivos para as aprendizagens dos alunos.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de aprendizagem e ensino nessa perspectiva, de acordo com Lima (2003) ; Oliveira e Oliveira (2014, p. 1753) considera um elemento nessa tarefa que é a “*memória seletiva*”, na qual ajuda na construção do aprendizado e o conhecimento de fatos ocorridos no passado, e no presente com a organização e sistematização do saber e das práticas e vivências cotidianas, no processo de reflexão sobre os “*momentos e fatos*”.

Desta forma, a prática reflexiva do pensamento se faz cotidianamente, na qual cada grupo tem sua ótica social, bem como sua maneira de ser e pensar e compreender as coisas e os processos históricos, desdobrando-se nas múltiplas possibilidades sobre o “*ponto de vista*” e a “*vista do ponto*”. É nesse sentido que vai se construindo as possibilidades sobre a importância e a utilidade da transmissão dos diversos conhecimentos socialmente adquiridos e sistematizados pelo conjunto da humanidade pelo complexo da educação (Saviani, 2013).

A partir da percepção das relações sociais interpessoais na escola fui impulsionada a questionar o empoderamento de nossa história, de nossa classe social, em especial, as chamadas minorias e/ou “populações historicamente excluídas”, que, na verdade, é maioria quantitativa da população brasileira que constituem ou possuem sua base histórica fincada na “*classe trabalhadora*”, passa pela necessidade de compreensão genuinamente dos processos de “dominação” por grupos que não necessariamente usam “*coerção física*”. Entretanto, é um domínio que perpassa um processo de Colonialidade e de relações produzidas no capitalismo neoliberal pela ideologia que se constitui dominante, no entanto, contamos com a categoria da possibilidade objetiva (Medeiros,

2010), como sujeitos históricos. Neste pensamento, a história não está determinada como algo mecânico, nós temos possibilidade de construir algo novo.

Esse movimento da práxis foi o movimento que me guiou durante a experiência de estágio supervisionado na escola, entendendo o ato de ensinar articulado ao meio social no qual a criança, e cada criança, com suas diferenças estão inseridas, e que trazem seus saberes, seus conhecimentos, sua visão de mundo. Segundo Edla Eggert, em sua obra intitulada “*Pesquisa em educação e pesquisa*”, afirma: “sigamos imitando, errando e obedecendo (...), pois são várias formas de dominação do norte sobre o sul” (Streck e Adams, 2012, p. 247).

Nesse sentido, os autores corroboram entre si, na percepção do surgimento de novas propostas de metodologia e resistência, um movimento de reação à manutenção de uma matriz cultural que se caracteriza como “*Colonialidade*” (Walsh; Catherine, 2015). A resistência se faz presente no campo da autobiografia e em suas infinitas possibilidades de uso como dispositivo para “práticas pedagógicas, de educação popular, pesquisa-ação e pesquisa participante”, incentivado por uma busca de uma “autonomia” da educação a partir da segunda metade do século XX. É com essa perspectiva que me vi nesse momento da minha formação inicial, na vivência teórico-prática.

Sabemos da luta política que as famílias de crianças com deficiência no Brasil travou para que seus filhos e suas filhas pudessem ter acesso ao ensino escolar, cabe lembrar a luta dos deficientes por cegueira e surdez no Brasil Império no século XIX, com a criação do que hoje denomina-se Instituto Benjamim Constant, o Instituto Nacional para a Educação de Surdos - INES, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, dentre outros, frutos de lutas militantes e históricas das famílias pelo direito à educação. É importante ressaltar que o movimento de pessoas com deficiências cresceu ao longo dos anos, e através de Conferências e alterações nas leis que regem o país e a educação, a busca pela igualdade, pela inclusão e acesso aos espaços públicos, tais como a escola pelas pessoas com deficiência vêm provocando mudanças estruturais nos espaços físicos das escolas e outros equipamentos públicos para melhor atender às crianças e adultos com deficiências intelectuais e físicas.

Entretanto, mesmo com o Decreto 7611/2011, que com a criação das salas de AEE que tem o propósito de identificar, analisar e elaborar um plano didático para melhor evolução da criança com dificuldade ou atraso no desenvolvimento, percebemos que muito teremos que avançar para que a Lei seja cumprida, minimamente, para que a inclusão seja de fato concretizada.

É importante ressaltar que possuímos alternativas para a produção positiva desses sujeitos, nos quais me incluo como professora em formação inicial, que é a construção do pensamento crítico de professores em relação a toda forma de exclusão que as crianças vivenciem nos espaços da escola, que são ocasionadas por preconceitos e discriminações de toda ordem.

De acordo com Lima (2003, p. 51), “o importante dessa caminhada é observar a dimensão coletiva dentro do envolvimento teórico-prático: pensar o estágio como pesquisa de nada valeria se não pudéssemos pensá-lo numa dimensão maior, que é (sic) a de um projeto coletivo de formação do educador”. Foi com esse entendimento que abracei nos momentos do estágio naquela escola municipal do interior do estado do Ceará, na qual me fez pensar no fazer docente, sempre em construção coletiva com os alunos, com os profissionais da educação, docentes e famílias.

## METODOLOGIA - DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O Estágio Supervisionado como Projeto Coletivo na Formação de Professores

As situações latentes de exclusão, de opressão e de discriminação ao diferente do denominado “normal” no interior das escolas urgem pelo reconhecimento de que elas existem, pois os atores sociais envolvidos precisam admitir que são excluídos, ou que excluem, que são oprimidos, ou que oprimem, para, então, buscar o debate e as formas de intervenção político-pedagógica de combate a qualquer forma de intolerância ao que se apresenta como diferente ao padrão estabelecido socialmente como o “normal”.

Essas inquietações me despertaram interesse de realizar uma pesquisa-ação que estava diretamente ligada a minha rotina cotidiana como “cuidadora” na área de apoio pedagógico especializado, de um projeto de extensão da Unilab, e a necessidade da pesquisa-participante e cumprimento das prerrogativas do estágio supervisionado.

Para pensar e refletir sobre as práticas didático-pedagógicas, sobre o mundo é necessário aos sujeitos oportunidades de formação, seja ela política e/ou profissional, ter sua identidade pública reconhecida quanto “sujeito social” com autonomia (ainda que relativa) em suas relações no e com o mundo, bem como desconstruir ordens e sistemas que foram e são construídos com base na reprodução da coerção e da opressão (Freire, 1996).

Para tanto, é importante reafirmar com Freire (Kleiman, 1995), que atribui à alfabetização a competência capaz de levar o analfabeto a organizar reflexivamente o seu pensamento, a desenvolver sua competência crítica, capaz de introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação.

Nesse sentido, o ensino precisa ser compreendido como ato de liberdade e autoridade (Freire, 1996, p. 117), para, então, superar a tradição autoritária como uma necessidade crítica do exercício legítimo da autoridade, num clima ideal para desempenhar uma atividade específica, no contexto pedagógico, sem prejudicar o seu funcionamento. A crítica do autor à liberdade sem limites é a sua negação, pois esta é tão negada quanto à liberdade asfixiada ou castrada, a depender do uso, com diferentes experiências de um mesmo sujeito.

Conforme o pensamento de Freire (1996), o (a) professor (a) como aprendiz e formador de diferentes conhecimentos, se houver dificuldade de interação com os discentes, esta impossibilita a construção e sistematização do conhecimento. A base para a construção plural destes múltiplos saberes é respeitá-los, é ter consciência que somos seres inacabados e que diariamente passamos por “*metamorfoses ambulantes*” e dúvidas, incertezas e perguntas que precisam de respostas ou não, mas que saibamos como lidar com esses ciclos de investigação, ensino e aprendizagem.

Soma-se a essa discussão, a forma como a escola recebe e acompanha as crianças ditas não normais, que possuem quaisquer deficiências, seja motora, física, sensorial ou cognitiva, ou qualquer outra dificuldade para acompanhar as atividades propostas em sala de aula. A temática da inclusão e da diversidade na escola nesse aspecto, também, é uma necessidade, que embora esteja atendida nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, pelas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, através da Resolução Nº 2, de 11 de Setembro de 2001, ainda merece muita atenção nas práticas do cotidiano da escola.

A formação de professores precisa levar com maior rigor a preparação dos mesmos para a prática pedagógica especial e inclusiva, para além das salas de Atendimento Especial Especializado - AEE, ou seja, esse tipo de atendimento precisa extrapolar as salas de AEE e ser continuado nas salas de aula comum. Sabemos da luta política que as famílias de crianças com deficiência no Brasil travaram para que seus filhos e suas filhas pudessem ter acesso ao ensino escolar, cabe lembrar a luta dos deficientes por cegueira e surdez no Brasil Império no século XIX, com a criação do que hoje denomina-se Instituto Benjamin Constant, o Instituto Nacional para a Educação de Surdos - INES, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, dentre outros, frutos de lutas militantes e históricas das famílias pelo direito à educação.

É importante ressaltar que o movimento de pessoas com deficiências cresceu ao longo dos anos, e através de Conferências e alterações nas leis que regem o país e a educação, a busca pela igualdade, pela inclusão e acesso aos espaços públicos, tais como a escola pelas pessoas com deficiência vêm provocando mudanças estruturais nos espaços físicos das escolas e outros equipamentos públicos para melhor atender às crianças e adultos com deficiências intelectuais e físicas.

Entretanto, mesmo com o Decreto 7611/2011, que com a criação das salas de AEE quer-se identificar, analisar e elaborar um plano didático para melhor evolução da criança com dificuldade ou atraso no desenvolvimento, percebemos que muito teremos que avançar para que a Lei seja cumprida, minimamente, para que a inclusão seja de fato concretizada.

É importante ressaltar que possuímos alternativas para a produção positiva desses sujeitos, nos quais me incluo como professora em formação, que é a construção do pensamento crítico de professores em relação a toda forma de exclusão que as crianças vivenciem nos espaços da escola, que são ocasionadas por preconceitos e discriminações de toda ordem.

De acordo com Lima (2003, p. 51), “o importante dessa caminhada é observar a dimensão coletiva dentro do envolvimento teórico-prático: pensar o estágio como pesquisa de nada valeria se não pudéssemos pensá-lo numa dimensão maior: a de um projeto coletivo de formação do educador”. Foi com esse entendimento que abracei nos momentos do estágio naquela escola municipal do interior do estado do Ceará, na qual me fez pensar no fazer docente, sempre em construção coletiva com os alunos, com os profissionais da educação, docentes e famílias.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **2.2 O Estágio nas Séries Iniciais e a Educação Inclusiva: possibilidades para a formação do eu subjetivo, coletivo e profissional da docência.**

No pouco contato com as crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental percebi que há muitas crianças e adolescentes, que têm ou não necessidades educacionais especiais e são taxados por conta de ter ou não um algum tipo de documento comprobatório do “diagnóstico”, os laudos que comprovem efetivamente a “deficiência”; muitos, na verdade, apresentam características de déficit de atenção e desinteresse, seja pelos conteúdos, seja pelas metodologias usadas em sala de aula, ou outros problemas relacionados à saúde da criança, e da própria estrutura do ensino escolar.

Concordo com Nascimento (2007) ao afirmar que nessa etapa do ensino

fundamental é preciso buscar possibilidades adequadas para recebermos as crianças a partir dos seis (6) anos de idade, nessa etapa do ensino, percebendo suas identidades, suas características, buscando o entendimento de como essa etapa da vida tem sido compreendida dentro e fora da escola. Esse olhar da sociedade para as infâncias, por ser um conceito socialmente construído, dependendo do contexto histórico-social, as infâncias assumem vários tipos de representação. As obras de arte nos ajudam na compreensão desse olhar.

Dessa forma, existem infâncias e não um conceito único de infância pelos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que envolvam essa fase da vida (Nascimento, 2007), e, buscar respostas para perguntas do tipo: “quem são as crianças que adentram o ambiente escolar? De que brincam? Quais são seus interesses? Como realizar um diálogo entre as vivências da criança dentro e fora da escola?” (2007, p.68) podem ajudar a professora em sala de aula, a sala de referência a tornar esse ambiente mais dinâmico, a organizarmos esses espaços, bem como nossa intervenção/mediação pedagógica, aprendendo sobre e com as crianças por meio de suas diferentes linguagens.

Como afirmamos anteriormente sobre o ensino de crianças no ensino fundamental, para além do bom acolhimento, a exigência do ensinar assume a necessidade de considerar o contexto social em que a criança está inserida, com o olhar sensível para sua apropriação de outros conhecimentos, “como um tapete feito artesanalmente, que, por ser único, carrega nos desvios e imperfeições do tecido a autenticidade que o distingue de qualquer outro” (Corsino, 2007, p.59). A nossa observação deve ser no sentido de entender como cada criança está significando nesse processo de interação, como sujeitos ativos, que participam e intervêm no que acontece ao seu redor, pois suas ações são também de reelaboração e de recriação do mundo (2007, p. 62).

Ao longo do estágio, os diferentes “modelos” e “estruturas de currículo” e perspectivas, numa escola que tinha filtro, e processos seletivos desproporcionais, com a utilização das chamadas Metodologias Didáticas e adaptação aos meios e níveis cognitivos diferentes, e diferentes aprendizagens, eu quis me “tornar uma pesquisadora de minha própria prática docente”. Ou seja, fazer da sala de aula meu “laboratório” de ciências no e em campo das humanas, e iniciei a realização de um sonho, na tentativa primeira de construir formas de aproximar o conteúdo dos educandos com deficiência e/ou com dificuldades de aprendizagem, respeitando suas especificidades, pesquisando a prática docente tanto das professoras de sala, quanto à minha própria, constantemente. Com Freire (2011) atentei para a prática do conhecimento dos assuntos com propriedade científica e teórica, o “fazer” enquanto prática educativa libertária.

Nas práticas de alfabetização e letramento nos espaços escolares, ainda, permanecem com o modelo de associação ao progresso, à civilização, à mobilidade social, que consideram a aquisição da escrita como um processo neutro que se coloca como independentemente de considerações contextuais e sociais, que se reproduz sem grandes alterações desde muito tempo, exigindo um modelo autônomo de letramento, pressupondo a “existência”, e investiga as características de grandes áreas de interface entre práticas orais e práticas letradas.

É desafiante o trabalho docente como mediador na resolução de problemáticas sociais e a importância da educação básica, a transformação da realidade socioeconômica, instigar a investigação do “tema” seja qual for, propor e inovar nas metodologias, compreender a relação teórica, dicotomias, analogias, conexões das coisas e sujeitos

distribuídos em determinado contexto de nível local e em escala global. Nessa perspectiva curricular o trabalho interdisciplinar a partir do território, espaço, região e comunidade do(a) educando (a) fortalece a atuação do pedagogo na construção e formação da “consciência”, de “visão de mundo” para transformação da realidade destas crianças, futuros adultos, que construirão as novas gerações e sociedade, questionando o entendimento que tenho sobre meu bairro, minha rua e comunidade.

É fundamental a adaptação da estrutura organizacional escolar material e não material (tomando emprestado a elaboração teórica de Saviani, em Marx), herdeira da modernidade, bem como buscar ampliar metodologias, romper com o tradicional, implementar inovações didático-pedagógicas e planejamento no desenvolvimento das práticas pedagógicas, formação continuada para os docentes, implantação de um plano de ações incluindo, de fato, a diversidade e pluralidade existentes na escola e seu reflexo com a sociedade brasileira. Esta é a nossa percepção sobre a importância do papel pedagógico no processo de transformação social, individual e político-cultural de sujeitos históricos.

## REFERÊNCIAS

**BORBA, Ângela Meyer; GOULART, Cecília. AS DIVERSAS EXPRESSÕES E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA ESCOLA. - In.: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.**

**DEMO; Pedro: Educar pela pesquisa “O desafio de educar pela pesquisa na educação básica; - 8ed. – Campinas, SP; Autores Aossociados,2007. – (Coleção educação Contemporânea).**

**FREIRE, Paulo, 1921 -1997 - Educação como prática da liberdade / Paulo Freire. 14 ed. ver. atual. - Rio de Janeiro ; Paz e Terra, 2011.**

**FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática docente. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.**

**HALL, Stuart. “A questão multicultural.” In. HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.**

**KLEIMAN, Ângela. Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 1995.**

**LIMA, Maria Socorro Lucena. A Hora da Prática. Reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente.- 3 ed., rev. E atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.**

**LIMA, Antônia Natália de; OLIVEIRA, Rok Sônia Naiária de; OLIVEIRA, Lucas Pereira de. TRILHANDO OS CAMINHOS DA DOCÊNCIA: entre conteúdos e metodologias. XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE III; Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação – ENHIME; III Simpósio Nacional de Estudos Culturais e**

Geoeducacionais – **SINECGEO**. GT 9 – Formação Docente e Pesquisa Científica. **Golpe de 1964: História, Geopolítica e Educação**. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014.

**MEDEIROS**, Jonas Marcondes Sarubi de. “**Lukács leitor de Weber: a categoria de possibilidade objetiva em História e consciência de classe**. 34º Encontro Anual da Anpocs. Número e Título do ST: 01 – As fontes dos marxismos do Século XX. 25 a 29 de Outubro de 2010. ISSN 2177-3092.

**NASCIMENTO**, Anelise Monteiro do. **A INFÂNCIA NA ESCOLA E NA VIDA: UMA RELAÇÃO FUNDAMENTAL – In.: BEAUCHAMP**, Jeanete; **PAGEL**, Sandra Denise; **NASCIMENTO**, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

**NASCIMENTO**, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

**PIAGET**, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Tradução Maria Aline Magalhães D’Amorim. 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1967.

**PIMENTA**, Selma Garrido; - **Estágio e Docência** / Selma Garrido Pimenta, Maria Socorro Lucena Lima; revisão técnica José Cerchi Fusari, - 7. ed- São Paulo: Cortez, 2012. - (Coleção docência em formação. - Séries saberes pedagógicos).